

2004/12/13

A NOVA OTAN?

Maria João Militão Ferreira

Todos os actores internacionais são um produto do seu tempo. As organizações internacionais não constituem excepção a essa regra. Sendo entidades de carácter permanente têm de adquirir e de conservar a capacidade de se adaptarem à evolução natural das relações internacionais. Em relação à OTAN, essa capacidade foi posta à prova depois do fim da confrontação bipolar, quando se dissiparam as condições geopolíticas que, em 1949, tinham presidido à sua criação. Essas condições estavam marcadas por uma preocupação securitária extrema, que justificava o elevado grau de militarização do sistema internacional.

Depois da fragmentação do bloco soviético, as ameaças à segurança mundial tornaram-se erráticas e, sobretudo, assimétricas [1]. A agenda internacional passou a abranger questões que, até à data, tinham permanecido ofuscadas pelos receios de uma terceira guerra mundial [2], o conceito de segurança assumiu dimensões não militares [3] e o âmbito de acção das organizações internacionais de natureza política foi alargado [4], em parte devido à constatação da incapacidade do estado para responder sozinho à evolução das relações internacionais. A erosão da soberania do estado foi acompanhada pela afirmação da crescente articulação entre o ambiente interno dos estados e o sistema internacional [5].

Perante o novo contexto internacional, a OTAN foi levada a adaptar-se à nova realidade das relações internacionais. Teve, fundamentalmente, que enfrentar três grandes desafios: (1) a integração política e militar dos estados europeus que, durante a confrontação bipolar, se encontravam sob dominação soviética; (2) a afirmação da União Europeia como um novo pólo de influência no espaço transatlântico; (3) a emergência das referidas ameaças de natureza errática e assimétrica.

O primeiro desafio tem sido parcialmente resolvido através do gradual alargamento da OTAN. Este alargamento, se bem que muito importante para os novos países-membros, constituiu, em certa medida, uma espécie de diversão destinada a camuflar os verdadeiros problemas da Aliança, que dizem respeito à sua função e capacidades no novo contexto de segurança internacional. Persistem dúvidas sobre os limites territoriais da Organização e ainda sobre que tipo de parcerias estabelecer com os países a quem dificilmente poderá ser concedido o estatuto de estado-membro. A Ucrânia é um caso paradigmático. A evolução política da Rússia será determinante para o futuro traçado, a leste, das fronteiras da OTAN.

A gestão, por parte da OTAN, da afirmação política e militar da União Europeia tem demonstrado ser uma questão difícil e sensível. Isto, porque as relações entre a OTAN e a União Europeia estão muito dependentes da convivência entre os Estados Unidos e os estados europeus. A pretensão hegemónica estadunidense e a sua forma realista, maniqueísta e conservadora de perspectivar as relações internacionais têm sido dois dos factores cuja convergência tem alimentado a vontade europeia de se afirmar autonomamente no ambiente internacional. Se essa afirmação passar pela crescente demarcação europeia em relação às características da política externa norte-americana, o futuro da OTAN não será pacífico. Não obstante, chamo a atenção para os seguintes factores de extrema importância.

Há que considerar, em primeiro lugar, a questão do equilíbrio político dentro da Aliança. O equilíbrio transatlântico é tradicionalmente descrito a partir da perspectiva norte-americana. Diversos autores referem que a falta de interesse dos EUA na manutenção da OTAN, claramente manifestada no contexto do pós 11 de Setembro, se deve à indisponibilidade dos europeus em assumirem o chamado *burden-sharing* e em dotarem a Organização de mais e melhores meios para enfrentar as novas ameaças internacionais. A ideia de que a Europa é o lado transatlântico mais beneficiado com a existência da OTAN, por via de uma conveniente dependência estratégica em relação aos EUA, é continuamente reificada. Poucos são os autores que invertem os termos da relação, lembrando que os Estados Unidos precisam tanto, ou até mais, da OTAN do que os europeus. A OTAN é essencial para os EUA pois é esta Organização quem fornece aos norte-americanos a infraestrutura estratégica necessária e essencial para que as forças militares estadunidenses possam ser destacadas para zonas tão díspares como a Europa, o Médio Oriente, a Eurásia e África. É a OTAN quem garante a presença militar norte-americana em praticamente toda a Europa. E a presença militar norte-americana na Europa é essencial para assegurar a presença política norte-americana na Europa. Por isso, a OTAN continua a ser tão politicamente relevante para os EUA [6]. Acresce que as ameaças internacionais contemporâneas não se colocam de forma simétrica para os EUA e para os países europeus. Os ataques do 11 de Setembro de 2001 foram

fundamentalmente dirigidos contra a política externa norte-americana e não contra a política externa dos estados europeus, não obstante a lógica das alianças ter depois ditado o 11 de Março de 2004. Sem uma percepção minimamente uniforme da ameaça, o valor da Aliança tenderá para se afirmar como desigual entre os parceiros transatlânticos, o que não favorecerá a indispensável coesão política dentro da Organização.

As contradições do equilíbrio político entre os Aliados reflectem-se na configuração do relacionamento institucional entre a OTAN e a União Europeia. A OTAN e a União Europeia concluíram recentemente os chamados acordos Berlim Plus que regulamentam o acesso, por parte da União, às capacidades militares transatlânticas, incluindo as estruturas de comando e de planeamento operacional. Este acordo é um sinal de que as duas organizações caminham para uma relação de complementaridade. Todavia, esta relação de complementaridade implica uma clara divisão de funções entre as duas organizações, já que a acção da OTAN no Afeganistão e a acção da União no Congo esgotaram definitivamente o debate sobre as áreas de operações das duas Organizações.

Note-se que a Força de Reacção Rápida da OTAN (NATO Response Force/NRF), recentemente concretizada, foi incumbida de um leque de missões que abarcam a manutenção da paz, a intervenção humanitária e a gestão de crises. Porém, são exactamente essas as funções que o artigo III-309º do Tratado, que estabelece uma Constituição para a Europa, define como o tipo de operações que podem ser empreendidas no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa. A similitude de funções anda a par com a similitude de estruturas operacionais, forças e de efectivos necessários para as constituir. A viabilidade desta duplicação de funções, estruturas e efectivos é, no mínimo, questionável.

Um outro factor prende-se com a sensibilidade da opinião pública europeia em relação a uma eventual política comum de segurança e defesa. Segundo a sondagem Transatlantic Trends 2004, 71% dos europeus (mais 6% do que em 2002) concordam que a União Europeia se deve tornar uma superpotência como os EUA; todavia, perante a eventualidade de mais gastos públicos com a defesa, apenas 24% (desses 71%) mantêm o apoio a uma superpotência europeia. A mesma sondagem indica que 64% dos europeus consultados defendem que a Europa deveria adquirir uma maior capacidade militar, de forma a poder proteger os seus interesses sem estar dependente dos EUA. Todavia, só 22% dos inquiridos concordam com aumentos na afectação da despesa pública para o sector da defesa. A sondagem não esclarece se estes resultados significam uma contradição no seio da opinião pública europeia ou se os europeus acreditam em formas alternativas de reforçar a sua capacidade militar [7].

Esta tendência, a manter-se, e aliada às limitações operacionais e estratégicas dos recursos militares europeus [8], poderá dificultar o desenvolvimento de uma futura política europeia de segurança e defesa. Contudo, note-se que caminhamos para um contexto internacional em que a capacidade militar deixou de ser necessariamente sinónimo de poder e influência internacionais. A não fungibilidade dos factores do poder internacional e a desvalorização da força enquanto instrumento de política externa são tendências a ter em conta no estudo do novo contexto da segurança internacional [9].

O terceiro desafio mencionado é, em minha opinião, de todos o mais importante. Será a réplica às novas condições estratégicas da segurança internacional que irá determinar a função da OTAN no novo contexto internacional. No plano técnico, a resposta da Organização à emergência de ameaças erráticas e assimétricas tem sido satisfatória. A referida concretização operacional de uma Força de Reacção Rápida comprova isso mesmo. A Organização tem também desenvolvido esforços no campo da prevenção de conflitos, da optimização das capacidades de defesa, da informação estratégica e da investigação científica aplicada ao combate ao terrorismo.

Todavia, no plano político persistem sérias dúvidas quanto ao papel que a OTAN poderá desempenhar na futura cena internacional. Mencionarei alguns aspectos que me parecem cruciais.

Em primeiro lugar, uma certa identificação da Organização com a hegemonia estadunidense pode, sobretudo nos países europeus, conduzir a um afastamento progressivo entre a OTAN e a opinião pública transatlântica, facto que, a verificar-se, terá de ser interpretado e gerido pelos políticos dos estados-membros da UE. Segundo a sondagem Worldviews 2002, realizada em seis países europeus (Reino Unido, Alemanha, Holanda, França, Itália e Polónia), 69% dos inquiridos consideram a OTAN como essencial e 63% pensa que a Aliança necessita de ser reforçada. Acresce que, segundo a já referida sondagem Transatlantic Trends 2004, 60% dos europeus inquiridos acreditam que os EUA e a Europa têm um património de valores compartilhados que lhes permite cooperar no plano internacional. Todavia, uma sondagem da Gallup International, realizada em 60 países (entre os quais Portugal, Reino Unido, França, Polónia, Grécia, Espanha, e Alemanha), em

Setembro e Outubro de 2004, revela que embora a OTAN tenha uma notoriedade elevada (72% dos inquiridos revelaram conhecer a Organização), é a organização internacional menos prestigiada de entre um grupo de mais três organizações, a saber, a União Europeia, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas (ONU). Apenas 34% dos inquiridos afirmaram ter uma impressão positiva em relação à OTAN. A ONU é a organização mais prestigiada de entre as quatro, chegando aos 50% de impressões positivas, sendo seguida da União Europeia com 45% [10].

Em segundo lugar, a liderança norte-americana tem preferido recorrer a alianças ad-hoc para concretizar as suas intervenções externas. Se Madeleine Albright tinha a tese do “Multilateral if possible, unilateral if necessary”, os dirigentes republicanos parecem preferir a ideia do unilateral se possível, multilateral se inevitável. Esta atitude põe em risco todas as organizações internacionais, incluindo a OTAN.

Em terceiro lugar, tem sido insistentemente debatida a função das organizações de cooperação militar no contexto das relações internacionais do século XXI. A utilização do instrumento militar é, hoje, frequentemente questionada, devido sobretudo à sua inadequação para resolver problemáticas como as desigualdades de desenvolvimento económico-social ou certas questões de natureza transnacional [11]. A afirmação crescente do terrorismo internacional pode constituir uma oportunidade para que se relance o papel da OTAN enquanto pilar da segurança transatlântica. Em certa medida, isso já se verifica. Veja-se a importância da Organização no campo da prevenção e da luta contra o terrorismo e sublinhe-se a sua presença no Afeganistão e no Iraque. Todavia, não existe entre os parceiros transatlânticos, ao contrário do que seria desejável, uma convergência de perspectivas sobre a estratégia óptima de combate ao terrorismo.

A divergência situa-se na ponderação da prioridade entre os instrumentos a utilizar. A administração norte-americana, por comparação com os governos europeus, demonstra uma maior vontade e uma maior capacidade em usar a força como forma de resolução da ameaça terrorista [12]. Estas posições governamentais estão de acordo com as perspectivas das opiniões públicas americana e europeia, pois de acordo com os já referidos Transatlantic Trends 2004, os americanos estão mais dispostos a usar a força para prevenir um ataque terrorista, evitar a proliferação nuclear, defender um aliado e para derrubar um governo culpado de violações dos direitos humanos, enquanto que os europeus concordam com a utilização de instrumentos militares em casos de assistência humanitária a vítimas de guerra, intervenção em guerras civis e em situações de manutenção da paz pós conflito [13].

Esta divergência de estratégias resulta de diversos factores. Destaco, por um lado, e como foi anteriormente referido, as diferentes percepções sobre a urgência da ameaça [14]. Como refere Daniel Hamilton: “Se perguntarmos qual a probabilidade de se verificar um ataque com armas de destruição maciça ao território americano nos próximos 5 anos, 75 por cento dos americanos diriam que ela é alta. Se a mesma questão fosse colocada aos europeus sobre um eventual ataque semelhante ao território europeu, 75 por cento responderiam que a probabilidade é baixa” [15]. Na verdade, a Worldviews 2002, inquiriu os europeus sobre que tipos de ameaças consideravam ser mais passíveis de afectar os seus interesses nacionais: 64% dos inquiridos elegeram a ameaça terrorista. Note-se, porém, que este resultado pouco diz sobre a percepção da urgência da ameaça entre os europeus [16]. Já uma das edições de 2003 do Eurobarómetro revelou que 34% dos europeus consideram que a ameaça terrorista no seu país é fraca, enquanto que 40% a percebem como forte e apenas 14% como muito forte [17].

Por outro lado, é de salientar, a gradual afirmação, por parte dos estados europeus, de perspectivas alternativas para as relações internacionais que não passam pela contínua reificação dos postulados realistas que tanto inspira a política externa norte-americana. Certos autores defendem que a identidade internacional da União Europeia se está a construir mais por negação da política externa norte-americana do que propriamente pela consolidação de uma verdadeira política europeia para as relações internacionais [18]. Não sou dos que concordam com tal visão. Penso que a União Europeia tem uma visão própria sobre as relações internacionais, sendo que essa visão tem como um dos principais vectores estruturantes a prevenção de uma securitização excessiva do ambiente internacional. Essa prevenção, que assenta numa justa ponderação da dimensão securitária no contexto geral da política externa e de segurança comum, viabilizará, enquanto estratégia de estabilização do sistema internacional, a concretização do modelo normativo de afirmação da União Europeia nas relações internacionais [19].

A manterem-se as divergências transatlânticas sobre a política mais eficaz no combate ao terrorismo e a verificar-se uma dissociação entre a opinião pública europeia e a Organização, a OTAN arriscar-se-à a perder a relevância e a legitimidade internacionais de que outrora gozou. Actualmente, um dos factores que mais concorrem para a importância de um actor das relações

internacionais é a sua capacidade de contribuir para a efectiva resolução das mais sérias problemáticas mundiais, o que, frequentemente, implica que esse actor se assuma como fonte de inovação no plano internacional.

Será a OTAN capaz de ser fonte de inovação no plano internacional, concentrando os seus recursos na supressão das raízes da insegurança global, ou permanecerá uma espécie de “problem solving organization”, limitada ao papel de gestora ocasional e acidental das problemáticas passíveis de afectar a segurança dos seus estados-membros? A resposta a esta questão vai depender de uma nova operacionalização de conceitos como ordem e segurança internacionais e da clarificação do papel do estado, das organizações internacionais e dos actores da sociedade civil transnacional no teatro mundial do século XXI.

[1] A OTAN, numa das suas publicações oficiais, operacionaliza o conceito de “estratégia assimétrica” da seguinte forma: “Although the word «asymmetry» refers to the dissimilarity of the opposing force that is not mirrored by one’s own organization, the crux of the term refers to the character of the means and operating procedures threatening own forces. For the purpose of this paper it is defined as «Unconventional methods and means that attempt to circumvent or negate opponent’s strengths whilst exploiting his weaknesses, with potentially disproportionate effects». These «unconventional methods and means» could vary in intensity from the use of non-lethal weapons, such as cyber attacks, to acts of terrorism, guerrilla tactics or the use of WMD. These include the prospect of an opponent employing a strategy that fundamentally alters the terrain on which a conflict is fought”. Cfr. Military implementation of the Alliance strategic concept –The Maritime Dimension, 4 de Junho de 2001, apud. Alexandre Reis Rodrigues, Nos meandros da política de defesa, Lisboa, Editorial Notícias, 2002, pg. 39.

[2] Mercê do fim da confrontação bipolar e do alargamento das questões constantes da agenda internacional, os assuntos militares perderam importância relativa. Ver João Gomes Cravinho, Visões do Mundo: as Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2002, pg. 168 e Brian White, Richard Little, Michael Smith, Issues in World Politics, 2ª edição, Basingstoke, Palgrave, 2001, pg. 2.

[3] Ver, entre outros, Barry Buzan, Ole Waever, Security: a new framework of analysis, Boulder, Colorado, Lynne Rienner, 1998.

[4] Casos da Organização das Nações Unidas e da União Europeia.

[5] Articulação que James Rosenau designou como “Linkage Politics”. Cfr. James Rosenau, Linkage Politics, Nova York, Free Press, 1969.

[6] Cfr. William Pfaff, “Os EUA perante a NATO”, in Expresso, 7 de Agosto de 2002.

[7] Cfr. Transatlantic Trends 2004, pg. 6, 8 e 9, quadros 4 e 5. Refira-se que esta sondagem foi realizada em 9 países europeus: Alemanha, França, Polónia, Espanha, Portugal, Itália, Holanda, Eslováquia, Turquia e Reino Unido.

[8] Cfr. Alexandre Reis Rodrigues, Nos meandros da política de defesa, Lisboa, Editorial Notícias, 2002, pg. 129, entre outras.

[9] Ver Joseph Nye, “Soft Power”, in Foreign Policy, nº 80, Washington Dc, Carnegie Endowment for International Peace, Outono, 1990, Joseph Nye, Robert Keohane, Transnational Relations and World Politics, Cambridge, Harvard University Press, 1971, Joseph Nye, Robert Keohane, Power and Interdependence, 2ª edição, Glenview, Scott, Foresman & Co., 1989.

[10] Cfr. Worldviews 2002, figura 5.2; Transatlantic Trends 2004, pg. 5 e Gallup International 2004. Esta última sondagem foi publicada em Portugal pela revista Visão, nº610, de 11 de Novembro de 2004.

[11] Cfr. Joseph Nye, Robert Keohane, Power and Interdependence, 2ª edição, Glenview, Scott, Foresman & Co., 1989, pg. 249.

[12] Cfr. Daniel Hamilton, “Perspectivas em competição: a perspectiva americana e a perspectiva europeia”, in Relações Transatlânticas Europa-EUA, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, pg. 44.

[13] Cfr. Transatlantic Trends 2004, pg. 11. A sondagem Worldviews 2002 chegou a conclusões semelhantes. Cfr. Worldviews, figura 3.2.

[14] Cfr. Daniel Hamilton, “Perspectivas em competição: a perspectiva americana e a perspectiva

européia”, in *Relações Transatlânticas Europa•EUA*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, pg. 44.

[15] Cfr. Daniel Hamilton, “Perspectivas em competição: a perspectiva americana e a perspectiva europeia”, in *Relações Transatlânticas Europa•EUA*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, pg. 44

[16] Cfr. Daniel Hamilton, “Perspectivas em competição: a perspectiva americana e a perspectiva europeia”, in *Relações Transatlânticas Europa•EUA*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, pg. 44.

[17] Cfr. Eurobarómetro nº151/2003, *Iraq and the peace in the world*, pg. 76.

[18] Ver, por exemplo, Daniel Hamilton, “Perspectivas em competição: a perspectiva americana e a perspectiva europeia”, in *Relações Transatlânticas Europa•EUA*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, pg. 46.

[19] Ver, por exemplo, Ian Manners, *Normative Power Europe – A contradiction in terms*, documento consultado em Copenhagen Peace Research Institute Working Papers: <http://copri.dk/copri/downloads/2000.doc>, 2000 e Thomas Diez, *The Imposition of Governance – Transforming Foreign Policy through EU Enlargement*, documento consultado em Copenhagen Peace Research Institute Working Papers: <http://www.copri.dk/copri/downloads/2000.doc>, 2000.

BIBLIOGRAFIA

Livros e artigos

Buzan, Barry, Waever, Ole, *Security: a new framework of analysis*, Boulder, Colorado, Lynne Rienner, 1998

Cravinho, João Gomes, *Visões do Mundo: as Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2002;

Diez, Thomas, *The Imposition of Governance – Transforming Foreign Policy through EU Enlargement*, documento consultado em Copenhagen Peace Research Institute Working Papers: <http://www.copri.dk/copri/downloads/2000.doc>, 2000.

Hamilton, Daniel, “Perspectivas em competição: a perspectiva americana e a perspectiva europeia”, in *Relações Transatlânticas Europa•EUA*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004;

Manners, Ian, *Normative Power Europe – A contradiction in terms*, documento consultado em Copenhagen Peace Research Institute Working Papers: <http://copri.dk/copri/downloads/2000.doc>, 2000;

Nye, Joseph, Keohane, Robert, *Power and Interdependence*, 2ª edição, Glenview, Scott, Foresman & Co., 1989;

Nye, Joseph, Keohane, Robert, *Transnational Relations and World Politics*, Cambridge, Harvard University Press, 1971;

Nye, Joseph, “Soft Power”, in *Foreign Policy*, nº 80, Washington Dc, Carnegie Endowment for International Peace, Outono, 1990;

Pfaff, William, “Os EUA perante a NATO”, in *Expresso*, 7 de Agosto de 2002;

Rodrigues, Alexandre Reis, *Nos meandros da política de defesa*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002;

Rosenau, James, *Linkage Politics*, Nova York, Free Press, 1969;

White, Brian, Little, Richard, Smith, Michael, *Issues in World Politics*, 2ª edição, Basingstoke, Palgrave, 2001.

SONDAGENS DE OPINIÃO

Eurobarómetro nº151/2003, *Iraq and the peace in the world*, www.europa.eu.int;

Sondagem Mundial: ONU sim, NATO não, artigo publicado na revista *Visão*, nº 610, a 11 de Novembro de 2004;

Transatlantic Trends 2004, www.transatlantictrends.org ;

Worldviews 2002, www.worldviews.org .

83 TEXTOS RELACIONADOS:

2012/05/23

AS DECLARAÇÕES FINAIS DA CIMEIRA DE CHICAGO

Alexandre Reis Rodrigues

2012/05/14

“SMART DEFENCE” NA CIMEIRA DE CHICAGO

Alexandre Reis Rodrigues

2012/05/05

A CIMEIRA DE CHICAGO E O RELACIONAMENTO TRANSATLÂNTICO

Alexandre Reis Rodrigues

2012/04/07

A DEFESA ANTIMÍSSIL NA EUROPA, DEPOIS DE LISBOA

Alexandre Reis Rodrigues

2012/03/24

A CIMEIRA DE CHICAGO: RUMO AO FUTURO

Pedro Santos Jorge[1]

2011/10/14

A NATO E A PCSD DA UE, NO PÓS LÍBIA

Alexandre Reis Rodrigues

2011/07/22

DISSUAÇÃO SEM ARMAS NUCLEARES? (II)

Alexandre Reis Rodrigues

2011/05/24

A EXPANSÃO DA OTAN NA ÁSIA E SUAS IMPLICAÇÕES (RÚSSIA, CHINA E ÍNDIA)

Arthur Sá Anunciação[1]

2011/04/25

ESTRATÉGIA DA NATO E SEGURANÇA MARÍTIMA[1]

Nuno Sardinha Monteiro[2]

2011/04/16

A INTERVENÇÃO DA NATO NA LÍBIA. FICÇÃO?

Alexandre Reis Rodrigues

2011/01/17

A EVOLUÇÃO DA POSTURA ESTRATÉGICA DA NATO[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/12/09

O CONCEITO ESTRATÉGICO DA NATO À ESPERA DA REUNIÃO DE MINISTROS DA DEFESA EM JUNHO[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/11/26

O REGRESSO DO NUCLEAR E A ALIANÇA ATLÂNTICA (II PARTE)

Francisco Proença Garcia[1]

2010/11/25

O REGRESSO DO NUCLEAR E A ALIANÇA ATLÂNTICA (I PARTE)

Francisco Proença Garcia[1]

2010/11/16

A NATO E PORTUGAL. ALINHAMENTOS PARA UM NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DA ALIANÇA

Luís Brás Bernardino[1]

2010/11/07

As “NOVAS MISSÕES” DA NATO[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/10/18

RÚSSIA, PARCEIRO INDISPENSÁVEL?

Alexandre Reis Rodrigues

2010/10/09

A SEGURANÇA ENERGÉTICA DA EUROPA E A NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2010/09/24

O NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DA NATO. DUAS QUESTÕES POLÉMICAS[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/09/21

OTAN 2020 – REFORÇO DA DEFESA COLECTIVA E AFIRMAÇÃO DA SEGURANÇA COOPERATIVA – O MODELO POSSÍVEL, NECESSÁRIO OU DE TRANSIÇÃO?

Rui Ribeiro Vieira[1]

2010/09/17

PORTUGAL, A NATO, O ATLÂNTICO SUL E O BRASIL

João Brandão Ferreira

2010/08/19

A DEFESA ANTI-MÍSSIL. PRIORIDADE PARA A NATO?

Alexandre Reis Rodrigues

2010/08/11

O QUE SERÁ VENCER NO AFGANISTÃO?

Alexandre Reis Rodrigues

2010/05/18

O RELATÓRIO ALBRIGHT

Alexandre Reis Rodrigues

2010/03/22

AS ARMAS NUCLEARES DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2010/03/15

AS RELAÇÕES NATO/UE

Alexandre Reis Rodrigues

2009/11/14

COMPROMISSOS BRASILEIROS COM A GLOBALIZAÇÃO: AS OPERAÇÕES DE PAZ?

Oliveiros S. Ferreira (Brasil)

2009/09/17

INTERNATIONAL SECURITY AND NATO[1]

Inês de Carvalho Narciso

2009/09/14

A «AFEGANIZAÇÃO» DA ESTRATÉGIA DA ISAF

Alexandre Reis Rodrigues

2009/09/01

AS ARMAS NUCLEARES E A REVISÃO DO CONCEITO ESTRATÉGICO DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2009/07/28

O NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2009/05/14

Os GRANDES DESAFIOS DA NATO[1]

Victor Marques dos Santos[2]

2009/05/13

A NATO[2]

Francisco Proença Garcia[1]

2009/04/07

A SOLUÇÃO POLÍTICA PARA O AFGANISTÃO E A UE

Alexandre Reis Rodrigues

2009/02/01

QUO VADIS NATO? – OS GRANDES REPTOS PARA A ALIANÇA

Luís Falcão [1]

2008/10/24

RÚSSIA - A DOCTRINA MEDVEDEV

Alexandre Reis Rodrigues

2008/10/01

A NATO, A UCRAÍNA E A ESQUADRA RUSSA DO MAR NEGRO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/09/06

A TURQUIA E O CONFLITO NA GEÓRGIA

Alexandre Reis Rodrigues

2008/08/27

ATÉ ONDE IRÁ A RÚSSIA, DEPOIS DA GEÓRGIA

Alexandre Reis Rodrigues

2008/08/20

A GEÓRGIA E O RELACIONAMENTO DO OCIDENTE COM A RÚSSIA

Alexandre Reis Rodrigues

2008/08/14

OS ACONTECIMENTOS NO CÁUCASO E OS JOGOS OLÍMPICOS

Luís Falcão

2008/08/11

GEÓRGIA: MAIS LONGE DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/04/26

OS SISTEMAS LOGÍSTICOS NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Pereira de Melo[1]

2008/03/07

QUE ESTRATÉGIA SEGUIRÁ A RÚSSIA NA INDEPENDÊNCIA DO KOSOVO?

Alexandre Reis Rodrigues

2008/02/01

QUE ESPERAR DA CIMEIRA DE BUCARESTE?

Alexandre Reis Rodrigues

2007/12/28

PORQUE ESTÁ EM CAUSA O TRATADO CFE

Alexandre Reis Rodrigues

2007/12/27

RÚSSIA SUSPENDE PARTICIPAÇÃO NO TRATADO DE FORÇAS CONVENCIONAIS DA EUROPA

Marcelo Rech[1]

2007/12/21

KOSOVO. MAIS UM COMPASSO DE ESPERA!

Alexandre Reis Rodrigues

2007/12/12

A MELHOR FORMA DE COMEMORAR OS 60 ANOS DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2007/10/21

DARFUR: O SILÊNCIO E A ESPERANÇA DA ÚLTIMA FRONTEIRA

Francisco José Leandro

2007/10/11

A GEÓRGIA E A NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2007/10/04

A RÚSSIA PÓS PUTIN

Alexandre Reis Rodrigues

2007/09/17

UCRÂNIA. ELEIÇÕES DENTRO DE DUAS SEMANAS

Alexandre Reis Rodrigues

2007/09/17

AFEGANISTÃO FORA DE CONTROLE

Marcelo Rech[1]

2007/08/03

RÚSSIA DECLARA MORATÓRIA AO TRATADO DE REDUÇÃO DAS FORÇAS CONVENCIONAIS NA EUROPA

Marcelo Rech[1]

2007/07/29

A VERTENTE DE MANUTENÇÃO DA PAZ DA NATO: UMA DUPLICAÇÃO DO PAPEL DAS NAÇÕES UNIDAS?

Nélia Rosário Ribeiro

2007/06/25

A DEFESA COLECTIVA DA EUROPA. RESPONSABILIDADE DA NATO? (II PARTE)

Alexandre Reis Rodrigues

2007/05/19

A DEFESA COLECTIVA DA EUROPA: RESPONSABILIDADE DA NATO?[1]

Alexandre reis Rodrigues

2007/04/19

THE TALIBAN THREAT IS NOT JUST AMERICA'S BURDEN[1]

Robert Hunter[2]

2007/04/01

A DEFESA ANTIMÍSSIL NA EUROPA. UM PROBLEMA PARA A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE?

Alexandre Reis Rodrigues

2006/10/27

A GEÓRGIA E A NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2006/10/26

A CAMINHO DE RIGA, PELO AFEGANISTÃO[2]

Miguel Moreira Freire[1]

2006/09/11

O IMPASSE AFEGÃO

Alexandre Reis Rodrigues

2006/07/30

LA OTAN Y LA TRANSFORMACION[1]

Miguel Fernández y Fernández (Alm. da Marinha de Espanha)

2006/07/20

AFEGANISTÃO. A HISTÓRIA VAI REPETIR-SE?

Alexandre Reis Rodrigues

2006/07/18

O FUTURO DA NATO

António Borges de Carvalho

2006/07/17

A CIMEIRA DA NATO EM RIGA

Alexandre Reis Rodrigues

2006/01/22

EXISTEM FORÇAS PARA AS MISSÕES?

João Nuno Barbosa

2005/12/18

É TEMPO DE MUDAR! DIZ AZNAR.

Alexandre Reis Rodrigues

2005/11/29

NATO OU PESD? OU AMBAS?

Alexandre Reis Rodrigues

2005/11/01

UCRÂNIA. A CAMINHO DA NATO?

Alexandre Reis Rodrigues

2005/10/06

O QUE FARIAM OS EUROPEUS SEM A NATO?

Alexandre Reis Rodrigues

2004/08/10

A NATO E A CIMEIRA DE ISTAMBUL

Alexandre Reis Rodrigues

2004/04/08

O ALARGAMENTO DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2004/04/08

O ALARGAMENTO DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2004/03/16

A NATO E O MÉDIO ORIENTE

Alexandre Reis Rodrigues

2004/01/07

A TRANSFORMATION EN LA OTAN

Almirante SPN Miguel A. Fernández y Fernández (SACLANTREPEUR)

2003/12/03

A FORÇA DE RESPOSTA DA NATO (V)

Alexandre Reis Rodrigues

2003/11/11

A FORÇA DE RESPOSTA DA NATO (IV)

Alexandre Reis Rodrigues

2003/10/27

AS CRISES DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2003/10/20

A FORÇA DE RESPOSTA DA NATO (III)

Alexandre Reis Rodrigues

2003/10/09

A FORÇA DE RESPOSTA DA NATO (II)

Alexandre Reis Rodrigues

2003/10/08

A FORÇA DE RESPOSTA DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues